

# Igrejas querem usar reforma tributária para ficarem imunes a mais tributos

[economia.estadao.com.br/noticias/geral.igrejas-querem-usar-reforma-tributaria-para-ficarem-imunes-a-mais-tributos,70003430267](http://economia.estadao.com.br/noticias/geral.igrejas-querem-usar-reforma-tributaria-para-ficarem-imunes-a-mais-tributos,70003430267)

BRASÍLIA - Em busca de perdão para dívidas passadas com a **Receita Federal**, as igrejas querem ampliar sua imunidade constitucional para afastar o recolhimento de tributos no futuro. Uma emenda apresentada pela bancada evangélica no âmbito da **reforma tributária** quer tornar os templos religiosos imunes ao pagamento de qualquer tipo de tributo, inclusive as contribuições. Hoje, essas instituições só são livres de impostos.

A emenda, apresentada no ano passado pelo líder da bancada evangélica, deputado **Silas Câmara (Republicanos-AM)**, pretende estender a imunidade a todos os tributos incidentes sobre propriedade, renda, bens, serviços, insumos, obras de arte e até operações financeiras (como remessas ao exterior) das igrejas. A justificativa é garantir que não haja qualquer restrição à liberdade religiosa.

“A União, em resposta às várias crises fiscais que ocorreram ao longo das últimas décadas, promoveu sucessivos aumentos de contribuições e outros tributos que estão fora do alcance da imunidade tributária para as entidades religiosas, o que acabou por reduzir a efetividade da proteção à liberdade de culto, tal qual concebida pelo constituinte originário”, diz a justificativa da emenda.

Segundo apurou o **Estadão/ Broadcast**, o relator da reforma, deputado **Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)**, já teve reuniões com a bancada e com o governo sobre o tema, mas ainda não há definição política se a emenda será ou não incorporada ao texto. A proposta está neste momento sendo discutida em uma comissão mista, formada por deputados e senadores.

A reportagem tentou contato com o líder da bancada evangélica e com o relator da reforma, mas não obteve resposta. A Receita Federal não quis comentar.

O **advogado tributarista Luiz Gustavo Bichara, do Bichara Advogados**, diz acreditar que a reforma acabará sendo “neutra” para as igrejas, ou seja, nem elevar nem diminuir a carga tributária. Além disso, ele alerta que, mesmo que o **Congresso** decida ampliar a imunidade dos templos religiosos, isso não será salvo conduto para eventuais desvios.

“Se determinada igreja teve lucro muito grande, distribuiu e não recolheu o tributo, para este mal já existe remédio. Nenhuma lei protege contra desvio de finalidade. Pode prever o que for. Não há lei contra o desvio de finalidade”, afirma Bichara.

Segundo o advogado, as igrejas não podem se valer da imunidade para deixar de recolher tributos ao distribuir participações em lucros ou remuneração variável de acordo com o número de fiéis ou o valor do dízimo arrecadado. Por isso, mesmo que a emenda seja incluída, a avaliação dele é que os auditores fiscais continuarão com espaço para fiscalizar e autuar em eventuais irregularidades.

## Imunidade

---

Segundo Bichara, o próprio **Supremo Tribunal Federal (STF)** já decidiu que, de acordo com as regras atuais, a imunidade tributária concedida às igrejas vale apenas para impostos. Considerando esse entendimento, a aprovação do perdão a outros tipos de tributos seria inconstitucional.

Sob a lei atual, as igrejas são alvos de autuações milionárias justamente por driblarem a legislação e distribuírem lucros e outras remunerações a seus principais dirigentes e lideranças sem efetuar o devido recolhimento de tributos. O débito dos templos inscrito na Dívida Ativa da União chega a R\$ 1,5 bilhão, sem contar os valores ainda em fase administrativa de cobrança na Receita Federal.

Na área econômica, há uma preocupação com a pressão crescente da bancada evangélica por medidas que beneficiem as igrejas. **O perdão das dívidas de quase R\$ 1 bilhão**, revelado pelo **Estadão/ Broadcast**, é só mais um capítulo dessa briga, que tem no próprio presidente **Jair Bolsonaro** uma das fontes de pressão. A bancada evangélica, com 195 deputados e oito senadores, é um dos principais pilares de sustentação política do presidente.

Bolsonaro, que já ordenou à equipe econômica em outras ocasiões “resolver o assunto” da dívida das igrejas, tem nas mãos a decisão sobre sancionar ou não o perdão das dívidas. Ele precisa decidir até a próxima sexta-feira, dia 11.

A emenda do perdão foi proposta pelo deputado **David Soares (DEM-SP)**, filho do missionário **R. R. Soares**, fundador da **Igreja Internacional da Graça de Deus**. A instituição tem R\$ 37,8 milhões inscritos na Dívida Ativa da União, além de outros débitos milionários ainda em fase de cobrança administrativa pela Receita.

## Veja quais são os 'agrados' que o governo já deu às igrejas

---

### Crédito:

Em julho, o Congresso incluiu as igrejas entre as instituições que podem contratar empréstimos subsidiados pelo governo para quitar a folha de pagamento de funcionários durante a pandemia. O presidente Jair Bolsonaro sancionou a ampliação do programa que previa inicialmente apenas empresas e cooperativas.

### Imóveis:

Com dados obtidos por meio da **Lei de Acesso à Informação** e registros de cartórios, o **Estadão** mostrou, em abril, que 663 salas comerciais, apartamentos, terrenos, galpões e residências em condomínios de luxo da **União** estão ocupados por organizações religiosas. Pelas regras, os ocupantes pagam apenas uma taxa anual que incide sobre o valor registrado do terreno e pode ser de 0,6% ou 2%.

### **Conta de luz:**

Em janeiro, o **Estadão** revelou que, a pedido de Bolsonaro, o **Ministério de Minas e Energia** elaborou decreto que concedia subsídios na conta de luz para templos religiosos. Depois de pressão da equipe econômica, o governo recuou da medida.

### **Obrigações fiscais:**

No primeiro ano do seu mandato, Bolsonaro dispensou templos religiosos menores de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)** e elevou o teto de arrecadação (de R\$ 1,2 milhão para R\$ 4,8 milhões) que obriga igrejas a informar o governo federal sobre todas as movimentações financeiras diárias.